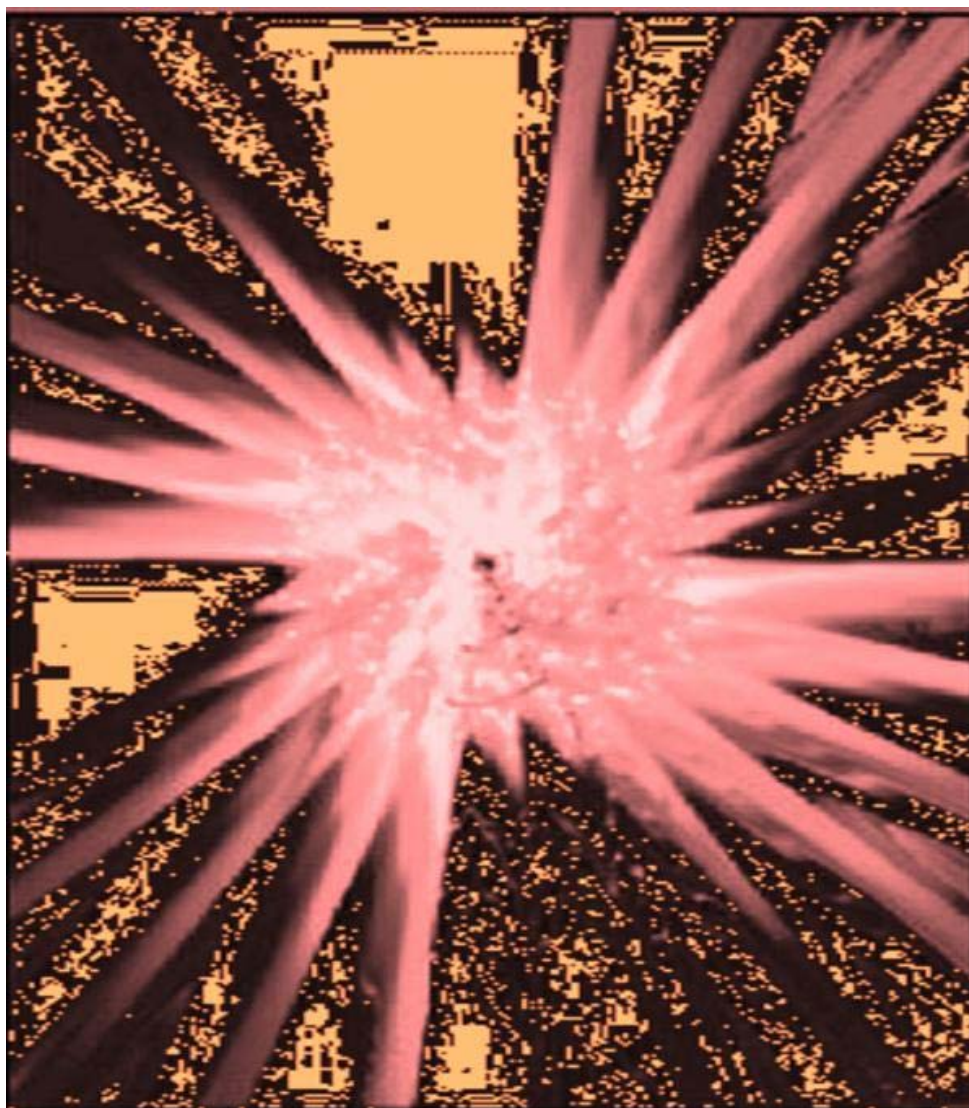


A Microsociologia

contra a Tecnificação e o Psicologismo



Jacob (J.) Lumier



Web sitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

A MICROSSOCIOLOGIA CONTRA A TECNIFICAÇÃO E O PSICOLOGISMO

Artigo de Sociologia

Por

Jacob (J.) Lumier



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

Rio de Janeiro, Agosto de 2008.



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:
Literatura Digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

A MICROSSOCIOLOGIA CONTRA A TECNIFICAÇÃO E O PSICOLOGISMO.

SUMÁRIO

TECNIFICAÇÃO DO SABER E REALISMO SOCIOLÓGICO.	4
MICROSSOCIOLOGIA E DINÂMICAS DE GRUPO.	8
CRÍTICA DA APLICAÇÃO DO PARADIGMA DE HOBBS	10
RESUMO DE MICROSSOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	14
NOTA COMPLEMENTAR:	17



A MICROSOCIOLOGIA CONTRA A TECNIFICAÇÃO E O PSICOLOGISMO.

PARTE PRIMEIRA

Tecnificação do saber e realismo sociológico.

A era da automatização e das máquinas eletrônicas dá primazia lógica ao conhecimento técnico em um grau tal que *todas as outras manifestações do saber são influenciadas ao ponto de tecnificar-se tanto quanto possível.*

Depois da tecnificação avançada da filosofia, por exemplo, introduzida pelo “*Tractatus Logico-Philosophicus*” (1922), de Wittgenstein, o leitor de filosofia viu-se obrigado a saber manejar uma combinatória prévia com mais de trinta símbolos de uma “*sintaxe lógica*”, só para acessar as proposições e começar sua leitura. Sem o conhecimento antecipado dessa técnica especialíssima de enunciação torna-se impossível ao leitor de Wittgenstein entrar em contato com a filosofia e com a investigação do objeto oculto de que se ocupa toda a ciência.

As próprias ciências humanas são comprometidas gravemente com as gigantescas organizações de sondagens da opinião pública, de estudos de mercado, etc. as quais apenas se limitam à mecanização e à tecnificação das relações humanas e dos problemas reais que suscitam a vida mental e a vida social atuais, com o objetivo de subordiná-los aos *esquemas prefixados*.

Esta tendência para a tecnificação da filosofia e das ciências humanas deve ser situada no quadro da tecnocracia, e, em seu realismo, o sociólogo se opõe com firmeza à tecnocratização, não só dos conhecimentos e dos controles ou regulamentações sociais, mas das relações humanas ¹.

¹ Veja a análise crítica contundente da doutrina dos “Managers” (Burnham) em Gurvitch, Georges: “**A Vocação Atual da Sociologia-vol.II**: antecedentes e perspectivas”, Lisboa, Cosmos, 1986, 567 pp. (1ª edição em francês: Paris, PUF, 1957), pp.489 a 523; Ver tb. “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, Monte Avila, Caracas, 1969, 289 pp. (1ª edição em Francês: Paris, Puf, 1966), p.228 e p.233.



Aliás, este posicionamento de realismo sociológico faz par com o existencialismo de diferentes tendências, porquanto constituiu uma tentativa de resistência em nome do Eu, do Outro, das coletividades concretas à tecnificação da filosofia.

Não excluímos aqui os traços do capitalismo organizado e dirigista, tais como a sujeição dos homens e dos grupos às máquinas, as tendências das técnicas a tornarem-se cada vez mais independentes dos quadros sociais, a restrição aos direitos dos cidadãos de todas as categorias (produtores e consumidores) de governarem-se a si mesmos e de controlar todo o poder que se os imponha.

Seja como for, a sociologia pode nos ensinar a revalorizar as formas ou manifestações da sociabilidade, os Nós e as relações com outrem que nesses Nós se diferenciam viabilizando a participação nos agrupamentos humanos ou sociais particulares.

Os Nós, os grupos, as classes sociais, as sociedades globais e suas estruturas são temas coletivos reais, de tal forma que podemos falar do conhecimento de outro, do conhecimento dos Nós, grupos, classes, sociedades globais como se fala de um gênero ou classe específica de conhecimento na realidade social, sem dúvida um conhecimento muito colado aos papéis sociais e às expectativas de papéis.

Portanto, em sociologia os elementos microsociais não têm absolutamente nada a ver com o individualismo, o atomismo e o formalismo sociais.

Pelo contrário, as manifestações da sociabilidade, incluindo as relações com outrem, são definidas pela dialética sociológica como as *múltiplas maneiras de ser ligado pelo todo no todo*, este último termo compreendendo inclusive o complexo de significações observado em todo o campo cultural existente.

Para o sociólogo, todas as interações, inter-relações, relações com outrem (interpessoais e intergrupais) ou interdependências pressupõem e são sempre fundadas sobre interpenetrações, integrações, participações diretas, fusões parciais nos Nós (atuais ou virtuais), sempre concebidos como totalidades.

► Em realidade, a tecnificação do saber impregnando os controles sociais e as chamadas relações humanas, dá provas de uma orientação consciente e calculada voltada para excluir propositadamente o coeficiente existencial do conhecimento.

Trata-se de uma articulação da tecnocracia que se recusa a reconhecer que qualquer ciência é uma atividade social prática, comporta qualidades humanas, de tal sorte que **os mitos e os símbolos sociais são revelados como intermediários positivos** indispensáveis ao próprio conhecimento em *correlações funcionais* na realidade social.

Afirmando a *imanência da realidade aos atos coletivos* – imanência recíproca do individual e do coletivo – a sociologia descobre na coincidência dos quadros sociais e dos quadros de referência justamente o **coeficiente existencial do conhecimento** que inclui os *coeficientes humanos* (aspectos pragmáticos,



políticos e ideológicos do conhecimento) e os *coeficientes sociais* (variações nas relações entre quadros sociais e conhecimento) ².

Ademais de imprescindível à colocação do conhecimento em perspectiva sociológica (em que, verificando-o em correlações funcionais, o sociólogo se reconhece na reciprocidade de perspectivas “Eu - objeto”), a constatação dessa coincidência é fundamental na sociologia como pensamento *probabilístico* e se descreve mediante os procedimentos dialéticos de intermediação, assim tornados possíveis e reais.

Daí que a sociologia do saber e só ela estabelece os **coeficientes sociais**, como *variações nas relações entre quadros sociais e conhecimentos* – e ela não pode deixar de fazê-lo.

Quer dizer, na operação de circunscrever o conhecimento como fato social distinto de outros fatos sociais, se afirma a dimensão que tem o conhecimento de ser avaliado numericamente; se afirma o nível de realidade social que se efetua junto do conhecimento em estado de *correlações funcionais* como o fator numérico desse conhecimento funcionalmente correlacionado, isto é, como *o fator numérico de sua variação*.

Em suma: o coeficiente social do conhecimento é o fator numérico em que se efetua a variação do conhecimento em estado de correlações funcionais – e que pode ser projetado como probabilidade em figuras ou coordenadas geométricas ⁽³⁾.

Aliás, **a variação do saber é a expressão mesma da existência de conhecimentos coletivos como conteúdos cognitivos.**

Incluindo as avaliações coletivas, opiniões, carências e ideais, apenas como fusões parciais e não como identificações das consciências, a consciência coletiva é tão real quanto a consciência interindividual (a “intersubjetividade” como existência mista das consciências individuais a oscilarem entre o afastamento e a aproximação), de tal sorte que “*toda a consciência aparece comprometida em uma dialética entre o Eu, Outro e Nós*” ⁴.

► Como se sabe, as variações do saber em função dos quadros sociais exigem a pesquisa dos *coeficientes de discordância* entre as opiniões coletivas e as atitudes reais dos grupos.

² Ver Gurvitch, Georges: (1894-1965): “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, trad. Mário Giacchino, Caracas, Monte Ávila, 1969, 289 pp. (1ª edição em Francês: Paris, PUF, 1966).

³ Ver o relato de pesquisa do “*Laboratório de Sociologia do Conhecimento*” da “*ancienne EPHE VI^{ème} section, de Paris*”, divulgado em Anexo na obra de Gurvitch “*Los Marcos Sociales del Conocimiento*”, já citada na nossa bibliografia.

⁴ Gurvitch, Georges: (1894-1965): “**Los Marcos Sociales del Conocimiento**”, op.cit.



Refratários a essa exigência de realismo, os tecnocratas adotam orientações semelhantes a Wittgenstein obrigando a manejar uma combinatória prévia com símbolos de uma “sintaxe lógica” só para acessar o saber.

Quando, tecnificando os controles, as pesquisas de opinião são utilizadas para *subordinar aos esquemas prefixados*, se está em fato recusando a reconhecer a *sintaxe existente* na realidade como fator do conhecimento e, portanto, nessa rejeição do social, os tecnocratas dão razão a C. Wright Mills, que nisso denuncia o preconceito contra a sociologia do conhecimento.

Com efeito. Em relação ao problema da escolha ou “eleição” dos modelos de verificação na prática científica, **a aceitação ou a rejeição** dos mesmos por parte de pensadores individuais e de elites *constitui no dizer de Wright Mills uma das conjunturas nas quais fatores extralógicos, possivelmente sociológicos, podem intervir e influir sobre a validade do pensamento de uma elite*⁵.

Embora sem dispor dos termos sociológicos precisos de *quadros sociais* e de *coeficientes existenciais do conhecimento* (introduzidos por Gurvitch), Wright Mills está a nos mostrar exatamente alguns aspectos básicos do que estes termos sociológicos designam. Daí prossegue articulando a compreensão que lhes corresponde e avança *duas considerações* para esclarecer a mediação observada nas correlações funcionais integrando a atividade científica no conjunto da vida social.

Na *primeira consideração* de análise sociológica, Wright Mills constata que as referidas indagações ou seleções e proposições dos problemas sofrem a influência dos “contextos sociais” pela mediação dos próprios conceitos operacionalizados nas formulações dos pensadores, já que **os conceitos existem como “significados socialmente condicionados”**.

Trata-se de reconhecer que, **como semântica e sintaxe**, *a linguagem é inseparável de sua dimensão pragmática, na qual se inclui a dimensão sociológica*. Desta sorte, em face de certas indagações ou seleções e proposições dos problemas, é legítimo admitir haver uma influência do inter-relacionamento entre os conceitos culturalmente disponíveis, por um lado, e, por outro lado aquilo que se toma como problemática de investigação científica.

Em suma, existem correlações funcionais interligando os significados culturais e as problemáticas selecionadas pelos pesquisadores, sendo por meio dessas correlações que as indagações científicas são introduzidas no conjunto da vida social.

Na *segunda consideração* de análise sociológica, Wright Mills sustenta uma “teoria social da percepção” segundo a qual, na busca de verificação dos elementos empíricos, *os conceitos existentes condicionam os resultados da indagação*, porquanto são

⁵ Wright Mills, C.: ‘Consecuencias Metodológicas de la Sociología del Conocimiento’, in Horowitz, I.L. (organizador): ‘Historia y Elementos de la Sociología del Conocimiento – tomo I’, artigo extraído de Wright Mills, C.: ‘Power, Politics and People’, New York, Oxford University Press, 1963; tradução Noemi Rosenblat, Buenos Aires, EUDEBA, 3ª edição, 1974, pp.143 a 156.



esses conceitos que constituem estruturalmente “o mundo de objetos estruturados tecnicamente na linguagem especializada”, o mundo no qual se busca a verificação.

Daí, Wright Mills afirma em realismo sociológico que “*elites técnicas diferentes possuem capacidades de percepção diferentes*”, e que “*as dimensões observacionais de qualquer modelo de verificação sofrem a influência da linguagem seletiva de quem o aplica*”, com as “*influências sócio-históricas*” se fazendo sentir por meio dessa linguagem.

Desta forma, ficam desautorizados os que, preconceituosamente, negam a relevância da sociologia do conhecimento para a epistemologia, tanto mais se considerarmos o impacto dessa “teoria social da percepção” nas condições da verdade como simples correspondência da experiência e dos fatos.

PARTE SEGUNDA

Microsociologia e Dinâmicas de Grupo.

A impressão de que não seria possível a microsociologia independente da psicologia social não é mais aceita desde os anos sessenta. Imaginou-se equivocadamente que a sociologia como disciplina científica seria fundada no suposto imperativo axiológico de “tomar posição”, atribuído ingenuamente como incumbência metodológica do sociólogo, combinando-se ao ideal de matematização da psicologia da inteligência dita genética.

Sustentou-se ainda que a sociologia dos conhecimentos, no plural, seria chamada a se apoiar é verdade de mais em mais sobre a história das idéias, sobre a história das ciências e das técnicas, orientação esta que supostamente lhe passaria a tarefa de “tomar posição” a respeito de fenômenos tão decisivos como o milagre da civilização grega (gênio helênico) e a posterior decadência da ciência nessa mesma civilização. Por fim, entendeu-se que a explicação sociológica se faria coincidir com uma matematização qualitativa de natureza análoga àquela que intervém na construção das estruturas lógicas.

Os sociólogos já esclareceram que nessa imagem apressada e inadequada da sociologia tomou-se por modelo entre outros a sociometria de Moreno (Jacob Levy Moreno, 1889 - 1974), com sua muito conhecida dinâmica psicológica de



grupos (os psicodramas), frequentemente aplicada nos treinamentos para gestão dos chamados “recursos humanos”.

A sociometria de Moreno é uma técnica de estimação dos ajuizamentos de valor portados por cada membro de um grupo sobre cada um dos outros. Entretanto, desde então os sociólogos já fizeram notar que os elementos microsociais não têm absolutamente nada a ver com o individualismo, o atomismo e o formalismo sociais. Pelo contrário. Como já o dissemos, incluindo as relações com outrem, as manifestações da sociabilidade são definidas como as múltiplas maneiras de ser ligado pelo todo no todo, este último termo compreendendo inclusive o complexo de significações observados em todo o campo cultural existente.

Sabe-se ademais que a sociometria foi associada à microsociologia posteriormente ao desenvolvimento independente desta última, que data de 1937, fundada por Gurvitch (Georges Gurvitch, 1894 -1965) fato este bem reconhecido ⁶.

Com efeito, ultrapassando a técnica de estimação dos ajuizamentos de valor portados por cada membro de um grupo sobre cada um dos outros, já insistia Gurvitch no fato de que, como já vimos, todas as interações, inter-relações, relações com outrem interpessoais e intergrupais, ou interdependências pressupunham e eram sempre fundadas sobre interpenetrações, integrações, participações diretas, fusões parciais nos Nós (atuais ou virtuais), sempre concebidos como totalidades.

A produção de Moreno e seus colaboradores, famosos pela extraordinária aceitação e penetração do psicodrama e do sócio-drama notadamente nos Estados Unidos, deve ser apreciada como o esforço de autores que embora tenham ultrapassado os erros de um Hobbes (Thomas Hobbes, 1588 – 1679) há muito superado, permaneceram parcialmente em desvantagem devido a um psicologismo individualista que os levou a reduzir a realidade social a relações de preferência e de repugnância interpessoais e intergrupais.

Nota Gurvitch que o erro de Hobbes não foi ter procurado os elementos microscópicos e irreduzíveis de que é composta qualquer unidade coletiva, mas foi sim o erro de encontrá-los fora da realidade social, nos indivíduos isolados e idênticos.

Desse modo se estabeleceu a referência do atomismo social como o conjunto das concepções individualistas e contractualistas que reduzem a realidade social a uma poeira de indivíduos idênticos. É esta a referência que Gurvitch verifica no psicologismo individualista, situando assim J.L. Moreno ao mesmo nível dos representantes do formalismo social que promoveram a redução de qualquer sociabilidade à simples interdependência e interação recíproca, cujos nomes mais conhecidos são: (a) - Gabriel Tarde, notado por

⁶ Ver Gurvitch et al.: “Tratado de Sociologia - vol.1 e vol. 2”, Porto, Iniciativas Editoriais, 1964 e 1968



seus debates com Durkheim; (b) - Georges Simmel e (c) - Leopold von Wiese⁷.

Nesta limitada orientação de psychologismo individualista se preconiza que, ao nível psicológico da realidade social, qualquer interesse estaria concentrado sobre a psicologia interpessoal em detrimento da psicologia coletiva propriamente dita, e nesta seqüência, desprezando as funções intelectuais e voluntárias, J.L. Moreno se limita ao aspecto exclusivamente emotivo, e neste âmbito, por sua vez, limita-se ao aspecto da preferência e da repugnância, deixando de lado exatamente o mais significativo aspecto da **aspiração**.

PARTE TERCEIRA

A Filosofia Social a contrapelo da microsociologia:

**Crítica da aplicação do paradigma de Hobbes
em Teoria sociológica.**

Mistificando a falsa questão elucubrativa sem resposta de "como a sociedade é possível", Dahrendorf nos deixa ver com clareza, malgrado seu posicionamento, que, por estar amarrada a preocupações "axiomáticas", a filosofia social inviabiliza o aprofundamento da microsociologia e, por esta via, abisma a própria teoria sociológica.

O pluralismo social efetivo estudado no realismo relativista dialético sociológico, como dinâmica característica dos elementos microsociais, não se deixa confundir aos posicionamentos pluralistas no plano das técnicas políticas.

Nestes últimos, há um afastamento do antidogmatismo próprio à sociologia diferencial e que erroneamente se permitem misturar certas formulações sociológicas às projeções de filosofia social.

Tal é o procedimento que lemos nos escritos de Ralf Dahrendorf, haja vista a assimilação do pluralismo dos contrapoderes a uma teoria da coação, de tal

⁷ Ibidem.



sorte que as mudanças nas estruturas sociais passam a ser atribuídas a uma discursiva dialética do poder e da resistência ⁸.

Nessa concepção, seriam as posições que permitem a seus ocupantes exercer o poder, posto que dotadas de soberania: os homens que as ocupam estabelecem a lei para seus súditos, com o aspecto mais importante do poder sendo o controle de sanções, a capacidade de garantir a conformidade à lei.

Dessa noção de poder e de sanções deve-se concluir (1) - que há sempre resistência ao exercício do poder (cuja eficiência e legitimidade são precárias); (2) - que o grupo dos que ocupam as posições de poder é o mais forte, e (3) - a sociedade se mantém unida pelo exercício de sua força, isto é, pela coação. É a suposta “solução hobbeseana para o problema hobbeseano da ordem”.

Dessa forma, o exame das estruturas vem a ser reduzido ao advento de uma estratificação identificada ao falso problema da origem das desigualdades entre os homens, deixando-se a variabilidade das múltiplas hierarquias sociais efetivas à margem de toda a análise.

Com efeito, nas antípodas do realismo sociológico em sua visão de conjuntos, a “teoria da coação” distancia-se da compreensão positiva da sociedade como macrocosmos de agrupamentos e formas de sociabilidade em vias de integração relativa.

Tendo criado uma alternativa no âmbito do funcionalismo, menos confusa do que as alentadas elucubrações de Talcott Parsons, a teoria da coação alcançou forte influência com sua aplicação da concepção conjectural das teorias científicas desenvolvidas por filósofos da ciência como Karl Popper.

Muito marcada pelo trauma histórico do século XX, a teoria da coação propôs-se exatamente verificar um mistificado “modelo de conflito” na vida das sociedades industriais, desenvolvendo para este fim uma reflexão orientada para a filosofia social e centrada na insustentável separação da análise estrutural e da análise histórica: a primeira seria baseada na análise de papéis sociais e interesses dos papéis, sendo assim largamente formal, enquanto que a outra, sendo análise histórica, trataria de grupos reais e seus objetivos reais, sendo conseqüentemente substantiva e não formal (ib.p.170).

Vale dizer, se no realismo sociológico prevalece a idéia de justiça como tentativa de realizar a reconciliação prévia, a teoria da coação em seu dogmatismo reduz a justiça à força.

Mistificando a questão elucubrativa sem resposta de “como a sociedade é possível” e mesmo admitindo que estruturas e instituições têm uma dimensão social microscópica (ib.p.148), Dahrendorf nos deixa ver com clareza,

⁸ Dahrendorf, Ralf: “Ensaio de Teoria da Sociedade”, Trad. Regina Morel, Revisão E Notas Evaristo de Moraes Filho, Zahar - Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), Rio de Janeiro 1974, 335 pp. (1ª edição Em Inglês, Stanford, Eua, 1968).



malgrado seu posicionamento, que, por estar amarrada a preocupações “axiomáticas” sobre “a grande força” que supostamente acarreta a mudança nas estruturas, a filosofia social inviabiliza o aprofundamento da microsociologia e, por esta via, abisma a própria teoria sociológica.

Vale dizer, o conflito social dos grupos de interesse deixa de ser um aspecto da realidade social para se tornar “a grande força” mistificada do discurso axiomático.

Daí a contradição da filosofia social ao propor que a consciência dos problemas não é apenas um meio de evitar a deformação da realidade por uma preconcepção (“biás ideológico”), mas é sobretudo uma condição indispensável do progresso em qualquer disciplina da investigação humana (ib.p.144).

Contradição porque a busca de uma axiomática a que serve a filosofia social é dogmatismo -no sentido em que se fala de dogmas jurídicos e dogmas religiosos- e, como se sabe, em realismo sociológico o dogmatismo exclui o progresso científico!

Em face da microsociologia mostra-se inaceitável a sugestão de que a existência de normas e a necessidade de sanções poderiam ser consideradas como pressupostos axiomáticos que *dispensariam uma análise maior!* (ib.p.196).

Menos de uma análise sociológica, o propósito Dahrendorf fora ideológico e tivera em vista justificar o posicionamento da filosofia social que se projeta desde Thomas Hobbes, a saber: porque há normas e porque as sanções são necessárias para impor conformidade à conduta humana (diferenciação avaliadora), tem que haver desigualdade de classes entre os homens (ib.ibidem).

Em contrapartida e em favor da indispensabilidade da microsociologia deve-se responder que, da mesma maneira em que é impossível a separação da análise histórica e da análise estrutural, a variabilidade da estratificação social é real, sua compreensão exige a microsociologia que não pode ser eludida.

Mas não é tudo. À maneira dos sociólogos que valorizam a psicologia social em detrimento da microsociologia e a contrapelo da sociologia do conhecimento Ralf Dahrendorf constrói seu conceito de grupo de referência no marco da psicologia social e, por isso, encontra muitos embaraços para sustentar seus enunciados sociológicos.

Liga-se ele à corrente de outro sociólogo influente no século XX, Robert K. Merton, quem faz uso direto da psicologia social na definição do conceito operativo de grupo de referência.

A diferença é que, do ponto de vista psicológico, tais grupos de referência são tidos como “grupos de fora funcionando como padrões de valores”, enquanto Dahrendorf nega que sejam arbitrariamente escolhidos.

Seu dogmático raciocínio afirma que os grupos de referência são aqueles com os quais o indivíduo tem uma relação necessária (!) em virtude de suas



posições sociais, o que o leva ao enunciado de que “todo o segmento de posição (estratos sociais diferenciados pela distribuição de prestígio e autoridade) estabelece uma relação (necessária) entre o ocupante da posição e um ou mais grupos de referência”.

À continuidade, então, fica estabelecido “um conjunto de grupos de referência, cada um dos quais impõe ordens e é capaz de sancionar o comportamento da pessoa”, seja positivamente, seja negativamente. Desata sorte, esse autor entende que a questão da natureza da sociedade se transforma noutra questão: como os grupos de referência formulam e sancionam as expectativas das posições que definem?

Então, podemos ver que a indicada “relação necessária”, tomada independentemente dos Nós e de toda manifestação microsocial, surge como atributo impositivo do “segmento de posição”, em maneira exteriorizada, constituindo, em consequência, uma fonte de maiores embaraços do que uma ponte para boas explicações sociológicas.

Tanto que esse autor se verá, por isso, na circunstância de esclarecer sobre o grau em que os enunciados da sua célebre teoria de papéis sociais (O Homo Sociologicus) favorecem a reificação.

Com efeito, sendo uma teoria de coação, a pessoa fica constrangida a enquadrar-se na suposta “relação necessária”, que lhe é imposta por força da objetivação conceitual do grupo de referência vinculando em modo inelutável o segmento de posição a um padrão de valores previamente estabelecidos (cf.ib.pp.106/126).

Além disso, tratando restritivamente como grupo de referência os quadros sociais, Dahrendorf não percebe o alcance da microsociologia e da sociologia do conhecimento para acentuar a relativização das objetivações dos conceitos sociológicos.

Por contra, cabe lembrar o fato das coincidências entre as estimativas lógicas ou as afetivas e os quadros sociais. O alcance das correlações funcionais entre, por um lado, os quadros sociais - incluindo as formas de sociabilidade, os grupos, as classes sociais e as sociedades globais e suas estruturas-, e por outro lado os diferentes gêneros ou classes do conhecimento, tendo em conta que não se trata aqui apenas do conhecimento científico, mas de todo o juízo que pretenda afirmar a verdade sobre alguma coisa⁹.

À vista da realidade social que, por ser compulsória e constringente, não deixa por isso de ser plena em descontinuidades, coincidências e correlações funcionais variáveis, o enunciado de que “os grupos de referência formulam e sancionam as expectativas das posições que definem”, como nos propõe Dahrendorf, só valerá em certas situações dos aparelhos organizados e em

⁹ Segundo a feliz formulação de Gurvitch, por conhecimento deve entender-se “os atos mentais em que se combinam a experiência imediata e mediata em diferentes graus com o juízo”.



maneira relativizada, mas não por força direta da objetivação conceitual desses grupos.

Em realidade, todos os agrupamentos particulares atualizam o conhecimento em correlações funcionais que é praticado em modo variado pelos participantes (regulamentação ou controle social pelo conhecimento).

A suposta “determinação” de que *grupos de referência* formulam e sancionam as expectativas ou o comportamento das pessoas, exclui a dependência que os participantes têm do conhecimento de outro, dos Nós, dos grupos, das classes, das sociedades, e até mesmo exclui dentre outros gêneros do saber, a dependência do conhecimento político.

As expectativas de papéis não se reduzem às imagens cristalizadas em regulamentações prévias, mas configuram realidades coletivas complexas e variadas que aí estão em dinâmicas de avaliação, implicando o conhecimento, a moral, o direito, a educação etc. como controles ou regulamentações sociais em vias de se fazer com sedes em tipos diferentes e conflitantes de agrupamentos, classes e sociedades globais.

Além disso, a acentuação da dependência ao fenômeno social de conjunto, a eficácia das correlações funcionais entre o conhecimento e os quadros sociais, como qualidades que se expressam umas pelas outras, tem prioridade no estudo das expectativas de papéis sociais ¹⁰.

PARTE QUARTA

Resumo de microsociologia das relações interpessoais

¹⁰ A respeito do problema da reificação dos papéis sociais ver: Berger, Peter e Luckmann, Thomas: “*A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*”, Trad. Floriano Fernandes, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1978, 4ª edição, 247 pp. (1ª edição em Inglês, New York, 1966).



Em microsociologia estudam-se as relações com outrem por afastamento, as relações mistas, as relações por aproximação.

As relações com outrem são observadas (a) - como as relações variáveis que se manifestam entre os Nós, entre os grupos, entre as classes, entre as sociedades globais; (b) - como as relações que, em acréscimo, variam com a oposição entre sociabilidade ativa e sociabilidade passiva, sem todavia deixar de manter sua eficácia de conjuntos ou de quadros sociais, já que são os componentes não-históricos fundamentais da estruturação dos grupos.

Deste ponto de vista, em cada unidade coletiva real se encontram os Nós e as relações com outrem em maneira espontânea, que são utilizadas pelas unidades coletivas para se estruturarem na medida em que o grupal e o global imprimem a sua racionalidade mais ou menos histórica e a ligação estrutural a essas manifestações microscópicas da vida social.

Vale dizer: as manifestações da sociabilidade são hierarquizadas do exterior ou de fora para dentro, sem perderem sua característica anestrutural. É essa experiência dialética que tornam as relações humanas tão problemáticas, variáveis e escorregadias para a tecnocratização dos controles.

As relações com outrem não podem ser identificadas nem às fases históricas da sociedade global, nem aos agrupamentos particulares. E isto é assim porque a diversidade irreduzível dos Nós faz com que tais manifestações da sociabilidade por relações com outrem não admita síntese que ultrapasse a combinação variável dessas relações microscópicas, como espécie de sociabilidade.

Quer dizer, mesmo no estado muito valorado pelos estudiosos da *história social*, quando as relações com outrem são distribuídas hierarquicamente e servem de ponto de referência a uma estrutura social (relações com o Estado, relações com a classe empresarial, relações com os estratos dominantes, com os estratos intermediários, com os produtores, etc.) a síntese não ultrapassa o estado de combinação variável. É pela microsociologia que se põe em relevo a variabilidade no interior de cada grupo, de cada classe, de cada sociedade global.

O sociólogo encontra nos ambientes sociais as *Gestalten* coletivas onde se tecem os arranjos que levam as unidades coletivas reais (grupos e classes), os Nós no interior destas e as sociedades inteiras a reagirem de maneira comum, a conduzirem-se de certo modo e assumir papéis sociais particulares.

Observa ele nesses ambientes sociais os conjuntos cujas configurações implicam um quadro social referenciando os símbolos que se manifestam no seu seio e as escalas particulares de valores que por sua vez aí são aceites ou rejeitadas isto é: as chamadas dinâmicas coletivas de avaliação favorecendo a tomada de consciência dos temas coletivos reais.

Em sua expressão dialética, estas ambiências criadoras manifestam-se nas três escalas dos quadros sociais: a dos Nós (escala microsociológica), a dos grupos e classes (escalas parciais), a das sociedades globais e suas estruturas.



Em razão disso, são descritas como “ambientes imponderáveis” que num aparente paradoxo (só aparente) podem ser detectados experimentalmente nos *coeficientes de discordância* entre as opiniões exprimidas nas sondagens ditas de “opinião pública” e as atitudes reais dos grupos.

Note-se em favor desta constatação experimental, provocada pelas próprias sondagens de opinião, que no realismo sociológico e incluindo as opiniões coletivas, as representações, as conceituações, o nível mental é estudado como sendo apenas um aspecto do conjunto, tanto mais incerto quanto os indivíduos mudam de atitude em função dos grupos ou os personagens que os papéis sociais encarnam mudam segundo os círculos a que pertencem.

Reconhecendo a imanência recíproca do individual e do coletivo, para o sociólogo não há psicologia interpessoal fora da psicologia coletiva e esta encontra seu domínio dentro da sociologia.

Daí a importância do conceito dialético de grupo desenvolvido pela sociologia, tomado como atitude coletiva (Gestalt) envolvendo as mencionadas três escalas dos quadros sociais – a escala dos Nós (escala microssociológica), a dos grupos e classes (escalas parciais), a das sociedades globais e suas estruturas.



NOTA COMPLEMENTAR:

Após haver publicado sua bem reconhecida tese 'L'Experience Juridique et la Philosophie Pluraliste du Droit', Paris, A.Pédone e haver sucedido a M. Halbwacs na Universidade de Strasbourg em 1935, Gurvitch publica vários estudos estabelecendo a microsociologia, seguintes: 1936 – 'Analyse Critique de quelques Classifications des formes de sociabilité', in Archives Juridiques ; 1937 – 'Essai d'une Classification Pluraliste des Formes de Sociabilité', in Annales Sociologiques, serie A, fascículo III ; 'Morale Théorique et Science des Moeurs : leurs possibilités, leurs conditions', Paris, Felix Alcan ; - 3ªedição remanejada em 1961 : PUF ; 1938 – 'Essais de Sociologie : les formes de sociabilité, le probleme de la conscience coletive, la morale de Durkheim', Paris, Sirey. As versões definitivas desses ensaios reelaborados serão posteriormente inseridas nos dois volumes de 'La Vocation Actuelle de la Sociologie' .

Etiquetas:

Comunicação, crítica, história, ideologia, relações humanas, sociologia, século vinte.

Leia mais:

►Lumier, Jacob (J.) (1948 -...):

PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA:

O Sociólogo como Profissional das Ciências Humanas

Internet, O.E.I. E-book Monográfico, 158 págs. Janeiro 2008,

Com bibliografia e índices remissivo e analítico eletrônico.

Link: <http://www.oci.es/noticias/spip.php?article2005>

►Lumier, Jacob (J.) (1948 -...):

EU, OUTREM, NÓS: MICROSOCIOLOGIA E CONHECIMENTO.

(textos de análise e ensaios de crítica)

Internet, E-book Monográfico, 154 págs. Agosto 2008,

Com bibliografia e índices remissivo e analítico eletrônico.

Publicação do Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital <http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>



©2008 by Jacob (J.) Lumier



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV:

Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумieraautor.pro.br>

Nome do arquivo: Microsociologia Artigo Final
Pasta: D:\JL 2008
Modelo: C:\Documents and
Settings\Jota\Dados de
aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: mardi 4 mars 2008
Assunto:
Autor: Jota
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 15/8/2008 12:16:00
Número de alterações: 2
Última gravação: 15/8/2008 12:16:00
Salvo por: Jota
Tempo total de edição: 2 Minutos
Última impressão: 15/8/2008 12:19:00
Como a última impressão
Número de páginas: 17
Número de palavras: 4.823 (aprox.)
Número de caracteres: 28.024 (aprox.)